

# O Trabalho do Assistente Social em Programas de Habitação: Prática ou Exercício Profissional?

Avance de Investigación em curso

GT08-Desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social

Autor: Gilvane Mazza Ribeiro

## Resumo

Este trabalho faz uma breve análise da atuação do profissional de Serviço Social em Programas de Habitação de Interesse Social, mais especificamente, na modalidade instituída por documentos oficiais do Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal, com destaque para os programas que compõem o Programa de Aceleração do Crescimento via Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – PAC/FNHIS, que tem 106,3 bilhões de reais destinados à construção de unidades habitacionais para famílias pobres. Pretende-se com isso, analisar criticamente o trabalho do assistente social em Programas de Habitação de Interesse Social que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento, bem como, avaliar os instrumentos normativos e operacionais que norteiam o trabalho técnico social nesta área.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Habitação; PAC

*“Somos lo que hacemos, y sobre todo lo que hacemos para cambiar lo que somos.” (GALEANO, 1981)*

## Introdução

A Análise sobre o trabalho do assistente social em Programas de Habitação de Interesse Social se insere no debate contemporâneo no momento em que o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC está em pauta no Brasil com investimentos na ordem de R\$2,094 trilhões de reais (PAC I e II), sendo que para habitação são destinados 106,3 bilhões PAC/FNHIS e 34 bilhões Minha casa minha vida. A luta por habitação é um problema histórico no Brasil, um país que tem como marcas de sua formação social privilégios oligárquicos que marcaram a constituição de um Estado Nacional patrimonialista com políticas sociais e cidadania restrita (FERNANDES apud BEHRING, 2007).

A atuação do Serviço Social nesta área vem de longa data, no período de institucionalização da profissão este já era um campo de trabalho dos assistentes sociais.

O Serviço Social acumula em sua trajetória uma herança cultural e intelectual tecnicista que se vincula a uma prática operacional cujos elementos finais se baseavam na eficácia e eficiência do trabalho em si, “(...) privilegiando-se ,na formação, o aspecto técnico, e sendo esse tratado como um fim em si mesmo e de forma unilateral” (SANTOS, 2010-53)

Analisar o exercício profissional do assistente social em programas sociais de habitação requer acima de tudo, analisar os fundamentos profissionais que se encontram no debate de sua instrumentalidade tendo em vista a concepção da funcionalidade que o Estado deposita no trabalho interventivo deste profissional, desconsiderando todo arcabouço teórico-metodológico e ético-político que se constitui nas diretrizes da profissão. Consiste ainda na apreensão que estes profissionais vêm adquirindo a partir das demandas institucionais que entendem a prática como algo objetivo que se encerra no seu fazer profissional sendo vistos como tarefeiros ou como diz Santos:

(...) a ação profissional depende, então, dos agentes profissionais, mas também das “circunstancias sociais objetivas”, tais como as relações de poder institucional, as políticas sociais específicas, os objetivos e as demandas da instituição empregadora, a realidade social da população que busca por serviços sociais e as condições materiais concretas sobre as quais a intervenção profissional se realiza (os recursos humanos, financeiros e materiais para atendimento das demandas, oferecidas pela instituição empregadora, uma vez tratar-se de um profissional assalariado). (2010, p. 80)

## **O Serviço Social em Programas de Habitação de Interesse Social**

O trabalho social nos empreendimentos habitacionais para famílias de baixa renda, é constituído com objetivo de garantir condições para o exercício da participação comunitária e para a elevação da qualidade de vida das famílias beneficiárias, se expressa e se desenvolve através de um conjunto de intervenções técnicas específicas que buscam “fomentar e valorizar as potencialidades dos grupos sociais atendidos; fortalecer os vínculos familiares e comunitários; viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, na implantação e manutenção dos bens e serviços, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local, bem como, promover a gestão participativa, que garanta a sustentabilidade do empreendimento.” (BRASIL, 2007)

A requisição do profissional de Serviço Social em programas de habitação de interesse social se dá acima de tudo devido sua atuação em momentos históricos no país onde “o espaço sócio-ocupacional é dado pelas políticas e serviços sociais, e no interior das relações sociais entre o Estado e as classes sociais” (GUERRA, 2003) ou ainda, com ações de cunho intervencionista e moralizador em comunidades pobres.

A identificação das diferentes possibilidades de intervenção profissional não pode se distanciar do que Iamamoto (2004) chama de competências do Serviço Social, uma vez que essa intervenção não deve se restringir à dimensão técnica que aponta resultados práticos no atendimento demandado.

Neste sentido, temos que essas competências profissionais são apresentadas por Iamamoto (2004) a partir de três dimensões, assim entendidas: ético-política, que reconhece o assistente social como um profissional inserido nas relações contraditórias da sociedade capitalista (SOUSA, 2008), ou seja;

(...) é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente à questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social ds sua prática. Isso implica em assumir valores éticos-morais que sustentam a sua prática-valores esses que estão expressos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (...), e que assumem claramente uma postura profissional de articular sua intervenção aos interesses dos setores majoritários da sociedade> (SOUSA, 2008, p. 121-122)

A dimensão teórico-metodológica que aponta para a necessidade de uma constante busca pelo conhecimento e qualificação profissional, uma vez que a sua atuação se insere em uma “realidade social, política e cultural com o qual trabalha” (SOUSA, 2008)

Sendo assim, a fundamentação teórica contribui para o desvelamento da realidade para além do objetivo a ser trabalhado. Ou nos termos de Sousa;

Para isso, faz-se necessário um intenso rigor teórico-metodológico, que lhe permita enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência, seu movimento e as

possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais. (2008, p. 122)

Por fim, a dimensão técnico-operativa, que estabelece uma estreita relação do profissional com a população demandatária e a instituição empregadora, através da criação de instrumentos e técnicas que vincule com o objetivo da ação.

Neste sentido, sua intervenção estará;

(...) garantindo assim uma inserção qualificada no mercado de trabalho, que responda às demandas colocadas tanto pelos empregadores, quanto pelos objetivos estabelecidos pelos profissionais e pela dinâmica da realidade social. (SOUSA, 2008, p. 122)

No entanto, o processo de trabalho em programas habitacionais de interesse social vem apontando para uma direção que se resume em procedimentos técnico-operativos, pois segundo orientações técnicas, o profissional deve executar atividades educativas no sentido de direcionar os beneficiários para a organização comunitária mais no sentido da ordem e disciplinamento das relações sociais em detrimento da mobilização com vista à busca por ampliação e conquistas de direitos.

O que comprova essas afirmações são as orientações para execução do trabalho social com os beneficiários, e na elaboração dos relatórios descritivos que apontam para o desenvolvimento de atividades que muito mais que trabalhar com essas famílias,

reflexões que propiciem a conquista de autonomia e acesso as políticas públicas, visam a “mudança de hábitos”, reatualizando práticas historicamente construídas, atribuindo um caráter higienista e moralizante ao trabalho, que conduzem a uma imposição no comportamento dos mesmos após a mudança<sup>1</sup> para a nova casa.

Perceber que as competências do assistente social exigem uma compreensão da unidade teoria/prática nos parece fundamental.

Na prática profissional sobre a área urbana, (...) analisar a profissão, hoje, supõe articular uma dupla dimensão: as condições macrosociedade que estabelecem a forma como se verifica a prática (em relação às condições objetivas das instituições), o que situará os limites e as possibilidades da intervenção profissional, e as respostas técnico-operativas e ético-políticas (condições subjetivas da prática) de cada profissional. É necessário, porém, estabelecer uma base realista em relação às condições em que se desenvolve o trabalho do assistente social,(...) sob pena de reeditar o messianismo e o voluntarismo teórica e politicamente superados. (GOMES, 2005, p. 209)

Neste sentido, o profissional deve estar atento para as competências ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas, refletindo e revendo constantemente os pressupostos de seu trabalho, evitando uma intervenção pragmática.

O processo de ação ou intervenção profissional não se modeliza num conjunto de passos preestabelecidos (a chamada *receita*), exigindo uma profunda capacidade teórica para estabelecer os pressupostos da ação, uma capacidade analítica para entender e explicar as particularidades das

---

<sup>1</sup> Mudança aqui empregado no sentido de transferir-se para outra moradia ou local. (AURELIO, Mini,2006)

conjunturas e situações, uma capacidade de propor alternativas com a participação dos sujeitos na intrincada trama em que se correlacionam as forças sociais, e em que se situa, inclusive, o assistente social. (FALEIROS, 1997)

Para tanto se faz necessário que o profissional tenha conhecimento da finalidade e dos meios para realiza-lo (SANTOS, 2010) torna-se necessário o domínio teórico e conhecimento dos instrumentos e técnicas necessários, ou ainda; “Aplicar os meios requer conhecer os instrumentos, ter habilidades para utiliza-los, capacidade para cria-los e escolher os mais adequados às finalidades postas.” (SANTOS, 2010, p. 83)

No entanto, na execução do Trabalho Técnico Social - TTS<sup>2</sup> o profissional acaba sendo cooptado pelo processo burocrático norteador que limita e inibe uma possibilidade de maior autonomia ou nos termos de Santos (2010, p. 83), “racionalidade emancipatória”, pois que, o Caderno de Orientação Técnico Social<sup>3</sup> é apresentado como uma “receita” a ser aplicada, ou pior, incorpora como tal sem que haja questionamento e nem se estabeleçam as mediações necessárias.

Parece-nos que o TTS se restringe a uma prática que se distancia da teoria uma vez que se objetiva em resultados práticos e quantitativos em detrimento de valores e ou direitos a serem adquiridos pelos beneficiários porque acima de tudo, incorpora conceitos travestidos de sentidos diferentes como cidadania, autonomia e participação.

Tem sido bastante enfatizado o quanto é marcante na profissão uma falsa dicotomia entre teoria e prática, mesmo que se reconheça que não há intervenção profissional possível que não seja nutrida pelo conhecimento. Por isso, duvida-se que possa existir lugar para uma atuação distante da teoria, sob pena da redução desta prática em simples cumprimento de rotinas e procedimentos, meramente reprodutores de práticas elaboradas pelo senso comum. (PAIVA, 1999)

Desta forma, cabe ao profissional a articulação e elaboração de estratégias que ultrapassem as fronteiras determinadas para sua atuação.

As atividades desenvolvidas no Projeto de Trabalho Técnico Social - PTTS<sup>4</sup> podem contribuir com o processo de reflexão e mobilização do grupo transformando-os em “sujeitos de seu processo de autonomização e transformação da sociedade” (GOMES, 2005, p.212) para tanto se faz necessário o desenvolvimento de um trabalho com vistas à orientação e abertura para o debate, muito além do que se propõe.

---

<sup>2</sup> O Trabalho Técnico Social é o conjunto de ações que visam promover a autonomia e o protagonismo social, planejadas para criar mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços,adequando-os às necessidades e à realidade dos grupos sociais atendidos, além de incentivar a gestão participativa para a sustentabilidade do empreendimento. (BRASIL, Caderno de Orientações Técnico Social-COTS)

<sup>3</sup> COTS apresenta informações, sugestões para a elaboração, implantação e avaliação desde a concepção do projeto até a etapa posterior à conclusão das obras e serviços. . (BRASIL, Caderno de Orientações Técnico Social-COTS)

<sup>4</sup> PTTS documento que sistematiza a proposta de trabalho junto aos beneficiários. Nas intervenções relacionadas ao desenvolvimento urbano, os projetos devem ter enfoque multidisciplinar, fundamentando-se nos princípios de participação comunitária, sustentabilidade dos empreendimentos e preservação ambiental. (BRASIL, Caderno de Orientações Técnico Social-COTS)

Junto aos usuários, o Serviço Social pode dinamizar discussões, oferecendo uma contribuição específica no que diz respeito ao desvendamento de uma série de contradições presentes nos processos sociais, realizando pesquisas que ofereçam suporte às suas reivindicações. No seu trabalho cotidiano com as populações empobrecidas da cidade, o assistente social pode intermediar o oferecimento de suportes de acolhimento de pessoas ou famílias em processos de vulnerabilidade social, apreendendo suas dificuldades e procurando acompanhá-las na procura de soluções, num movimento que, mesmo iniciado de forma individualizada, pode ser articulado aos movimentos sociais, consolidando identidades coletivas e o sentido de pertencimento em um processo de tradução de questões individuais para o terreno político. Pode ainda contribuir para a democratização das intervenções urbanas os canais formais de participação, instituídos pela Constituição de 1988. (GOMES, 2005, p. 212)

Contudo, percebe-se a atuação do assistente social, no papel de fiscalizador para a manutenção da ordem, nos moldes do trabalho executado nas favelas e nos empreendimentos habitacionais de períodos anteriores, quando o assistente social era requisitado para intervir com a essa população reforçando essa ordem estabelecida, ou como diz Gomes;

Particularmente, o controle e o disciplinamento das populações faveladas constituem função do assistente social nessa época. Os fios da identidade da sua atuação nesse cenário são tecidos na divisão sócio técnica do trabalho, cabendo-lhe desenvolver atividades relacionadas à prestação de serviços e à ação educativa (político-ideológica)... Aqui, a dimensão educativa visa ao enquadramento disciplinador e coercitivo destinado a moldar (formas de vida, valores, hábitos e padrões de relacionamento) o usuário em sua inserção institucional e na vida social. O trabalho educativo, realizado pelo Serviço social nas favelas, partia do princípio de que as populações pobres urbanas se apossavam dos recursos da moradia de forma inapropriada. (GOMES, 2007, p. 184)

O desenvolvimento deste trabalho educativo era pontual e fragmentado em um modelo clientelista que não asseguram direitos à população, mas mantinham o controle e vínculo de dependência da população para o atendimento de suas necessidades.

Neste período a intervenção do assistente social visava a educação popular com padrões disciplinadores, ou seja:

Essas requisições profissionais tradicionais tornavam o assistente social um agente útil no disciplinamento dos cidadãos, exercendo funções de tutela ou paternalismo, para que os indivíduos se integrassem no circuito constituído. Dossiês, fichas de visitas a famílias, diagnósticos de casos e propostas de solução, produzidos a partir de uma visão higienista, moralista e preconceituosa, formavam o minucioso repertório dos procedimentos então utilizados pelos profissionais de Serviço Social (GOMES, 2007, p. 185)

Temos ainda que, em sua gênese, o assistente social exercia “funções terminais” (SOUSA, 2008, p. 120), essa funcionalidade não o credenciava a participar no planejamento e elaboração de políticas sociais;

A concepção e o planeamento das políticas sociais ficavam a cargo de outras categorias profissionais e dos agentes governamentais – Ao Serviço Social cabia apenas executá-las, na relação direta com os “indivíduos, grupos e comunidades” que de algum modo eram atendidos pelos serviços sociais públicos. Temos aqui a clássica separação entre trabalho intelectual (quem pensa as políticas Sociais) e trabalho manual (quem executa as políticas sociais) (SOUSA, 2008, p. 120)

Haja vista as orientações no manual de monitoramento e implantação do projeto social que referendam a utilização de instrumentos e técnicas tais como: diário de campo, relatório mensal de atividades, relatório semestral de avaliação, avaliação da comunidade e da equipe multidisciplinar, e documentos de sistematização como: fotos, vídeos, material de divulgação e de campanhas, muito mais como produto do que como instrumento, ou seja, os instrumentais tem um fim em si mesmo.

Cabe aqui considerar que a utilização desses instrumentos se apresentam para fins de comprovação da execução do TTS, se distanciando desta forma do caráter político da profissão.

Não é o uso de instrumentos e técnicas que imputa ao Serviço Social um caráter conservador. Mas é o caráter conservador, impregnado nessa profissão que imputa aos instrumentos um viés “tecnicista”. (...) Esse caráter conservador do Serviço Social não é originário dos instrumentos e técnicas utilizados para concretizar seus objetivos conservadores, mas o resultado das condições socioeconômicas e políticas vigentes na sociedade, que determinam e que imputam ao uso dos instrumentos e técnicas uma lógica estritamente manipuladora. (SANTOS, 2010, p. 90)

No entanto, para que tais propostas sejam efetivas é necessário que o profissional esteja atento aos interesses que a instituição tem na utilização desses instrumentos e técnicas;

A escolha e manuseio dos instrumentos e técnicas estão intimamente relacionados aos princípios, métodos, natureza, condições objetivas e dos objetivos da profissão, do profissional e da instituição. Esses estão articulados aos interesses de classe. Assim os instrumentos e técnicas devem ser escolhidos e manuseados à luz dessa direção. (SANTOS, 2010, p. 90)

O assistente social deve apresentar propostas profissionais que ultrapassem as demandas institucionais, pois o profissional de Serviço Social detém saberes acumulados pela profissão ao longo do processo de legitimação da profissão que fundamentam possibilidades de reelaboração das demandas a ele encaminhadas. Além disso, há o compromisso com os princípios defendidos no Código de Ética Profissional<sup>5</sup>.

Na construção do TTS o assistente social deve ter clareza dos objetivos para sua requisição como trabalhador social, pois se seu objetivo for a organização e mobilização comunitária sua intervenção deve estar centrada em uma perspectiva de compreensão da realidade local em que estão inseridos os beneficiários, pois;

A prática interventiva do assistente social deve centrar-se em possibilitar ao usuário uma análise e compreensão da realidade social. Ou seja, sua intervenção deve contribuir para que as demandas trazidas pela população

---

<sup>5</sup> Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93)

que busca por serviços sociais seja compreendida em sua dimensão universal, para que, daí, possa-se proceder às providências cabíveis àquela singularidade que agora é vista de outra forma, tanto pelo assistente social quanto pelo sujeito. (SANTOS, 2010, p. 92)

De acordo com as orientações do Caderno de Orientações Técnico Social - COTS, seu objetivo seria de apoiar equipes técnicas dos Estados, Distrito Federal, Municípios, Entidades Organizadoras que atuem diretamente no TTS.

O Caderno de Orientações Técnico Social tem como premissa analisar, acompanhar, avaliar e atestar a execução do Projeto de Trabalho Técnico Social. (COTS, 2013)

Nesta perspectiva, o COTS atuaria como instrumento orientador para elaboração, implantação e avaliação do projeto, contudo, essas orientações passam a ser determinantes no processo de implementação não possibilitando alterações/adequações por parte das equipes técnicas envolvidas no processo.

Segundo concepção deste documento;

O Trabalho Técnico Social é o conjunto de ações que visam promover a autonomia e o protagonismo social, planejadas para criar mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, adequando-os às necessidades e à realidade dos grupos sociais atendidos, além de incentivar a gestão participativa para a sustentabilidade do empreendimento. (COTS, 2013)

Contudo, no processo de execução do TTS, as atividades são “postas” pela instituição limitando neste sentido, maior autonomia tanto do profissional quanto da população envolvida;

A própria demanda que chega ao profissional de Serviço Social, na maioria das vezes, não vem diretamente da população – e quando vem é, em grande parte, ignorada tanto pela instituição quanto pelo profissional -, mas da instituição, do mercado de trabalho. Para que se ultrapasse essa aparência, é necessário um movimento de compreensão das mediações que constituem esse processo. (SANTOS, 2010, p.81)

A execução do TTS é cercada por conflitos de ordem profissional, inconformismo com as determinações institucionais baseadas em práticas educativas vinculadas ao controle exercido pelas classes dominantes.

O Serviço Social, como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, vêm enfrentando desafios frente às exigências e demandas do capitalismo na contemporaneidade.

Esses desafios estão presentes nas novas (re) interpretações das políticas sociais no Estado capitalista, tendo assim, uma crítica às análises das novas demandas por uma intervenção pautada no imediatismo burocrativista.

Pois que, a ideologia que fundamenta as políticas sociais se reveste de “valores da justiça social” (CASTELO, 2010, p. 203) mais como uma justificativa para a manutenção do desenvolvimento econômico sob a ótica dos novo-desenvolvimentistas.

Sendo assim o assistente social deve estar atento;

A teoria empresta à prática o conhecimento da realidade, a qual é o objeto da transformação; o conhecimento da prática acumulada em forma de teoria; e uma finalidade ideal, que antecipa os resultados objetivos a atingir, o projeto, cujos resultados reais não correspondem às finalidades ideais. Neste sentido, se a teoria não oferece os instrumentos e técnicas de intervenção

propriamente ditos, ele pode oferecer subsídios para que eles sejam escolhidos, criados e utilizados. (SANTOS, 2010, p. 83)

É esse processo crítico que quando consegue desvelar um dado problema, aponta novas possibilidades que serão tratadas nesta relação teoria/prática a partir da construção e constituição de instrumentos que permitam uma intervenção “de acordo com o método por nós aceito.” (SANTOS, 2010, p.83)

Daí, o método não pode ser confundido com procedimentos metodológicos, com instrumentos, estratégias, mas sim compreendido em uma relação com a teoria e com o processo de conhecimento. Um método pode se articular com estratégias de abordagens e instrumentos vários, bem como um mesmo instrumento pode ser utilizado por diferentes métodos. (SANTOS, 2010, p. 83-84)

Tem-se com isso que o trabalho do assistente social deve estar pautado no conhecimento da realidade, é neste sentido que a teoria “oferece a compreensão da dinâmica social” (SANTOS, 2010, p. 84) o que significa dizer que tendo clareza do seu objeto de intervenção o profissional será capaz criar possibilidades para alterar uma dada realidade social.

Esse movimento só será possível através da formação técnica permanente visando o aprimoramento intelectual e técnico-operativo, fundamentado no compromisso político com a classe trabalhadora. (GUERRA, 2005)

A partir do conhecimento e constituição de instrumentos de intervenção o profissional deve estar atento às demandas apresentadas que muitas das vezes se colocam de forma contraditória, ou seja, a demanda da população não encontra respostas na instituição, o que coloca o trabalhador social em confronto com a realidade.

A instituição limita respostas à demanda da população colocando o profissional em uma posição funcional meramente executora no atendimento demandado pela classe dominante.

O modelo de contrato e a proposta de trabalho inscritos no documento norteador elaborado pela Caixa apontam para o perfil de um técnico social que responda às determinações e objetivos do TTS, o que vai de encontro ao Projeto Ético Político do Serviço Social. Neste âmbito, a competência profissional fica restrita ao atendimento das demandas institucionais e a intervenção profissional se identifica “à adoção de procedimentos formais, legais e burocráticos.” (GUERRA, 2000, p. 12)

## **Considerações Finais**

Neste sentido, para que o profissional não se renda “ao canto da sereia”, torna-se imprescindível o caráter investigativo que possibilita a pesquisa crítica sobre dada realidade, através de;

(...) princípios valores, objetivos, referencial teórico-metodológico, racionalidades técnico-operativo, estratégias e posturas com novas determinações. Aqui se coloca um dos desafios da formação profissional: criar uma cultura profissional que valorize a dimensão investigativa. (GUERRA, 2010, p. 714)

Sendo assim, ser capaz de contestar e argumentar sobre novas possibilidades de execução do trabalho social de acordo com o que preconiza o Projeto Ético Político profissional, não nos parece impossível, ainda que se reconheça as limitações (ocultadas), impostas pelos órgãos financiadores e formuladores dos programas e projetos habitacionais analisados neste trabalho.

Ainda assim, quando o assistente social se insere na divisão social e técnica do trabalho como agente transformador da sociedade, ele é capaz de:

Ao clarificar seus objetivos sociais, realizar escolhas moralmente motivadas, compreender o significado da profissão no contexto da sociedade, escolher crítica e adequadamente os meios éticos para o alcance de fins éticos, orientados por um projeto profissional crítico, os assistentes sociais estão aptos, *em termos de possibilidade*, a realizar uma intervenção profissional de qualidade, competência e compromisso indiscutíveis. (GUERRA, 2005, p. 15)

## REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

BLANK, Gilda, O trabalho Social e a Caixa Econômica Federal. Política de Habitação Popular e trabalho Social, DP&A, 2005

BRASIL, Ministério das Cidades, [www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/.../](http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/.../) Em 21/05/2013

BRASIL, Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Publicação sobre reflexões e debates do Seminário Internacional Trabalho Social em Intervenções Habitacionais, realizado de 31 de agosto a 2 de setembro de 2010, Brasília/DF. Em, 25/05/2013

BRASIL, Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, Instruções Específicas para Desenvolvimento de Trabalho Social em Intervenções de Provisão Habitacional, Programa: Habitação de Interesse Social, Ação: Apoio à Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda. 2007. Em, 21/05/2013

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, [www.mds.gov.br/bolsa familia/..](http://www.mds.gov.br/bolsa-familia/) Em, 21/05/2013

BRASIL, Minha Casa Minha Vida, [www.minha casa minha vida.gov.br](http://www.minha casa minha vida.gov.br) Em, 21/05/2013

BRASIL, Política Nacional de Habitação, O Sistema Nacional de Habitação, 2004, 61. Em 21/05/2013

BRASIL, Caderno de Orientações Técnico Social, <http://www1.caixa.gov.br/download/asp/download.asp>

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo, Xamã V M Editora, 1996

DEGENSZAJN, R. R. ; OLIVEIRA, I. I. M. C. E. ; PAZ, Rosângela D. O. da . Trabalho Social e habitação popular: pressupostos teórico-metodológicos da intervenção social em programas de locação social. In: 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e IV Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade, 2007, Foz do Iguaçu. Anais do 12º CBAS, 2007.

FERNANDES, Lenise Lima, trabalho social e habitação para população de baixa renda: desafios a uma ação profissional democrática no início do século XXI. Política de Habitação Popular e trabalho Social, DP&A, 2005.

GALEANO, Eduardo H, Voces de nuestro tiempo - Página 17 - Publicado por Editorial Universitaria Centroamericana, EDUCA, ISBN 8483602377, 9788483602379 - 180 páginas, 1981

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques Política Urbana e Serviço Social, Revista Praia Vermelha, Semestral ISSN 1414-9184 Número 16 • Primeiro Semestre • 2007 Número 17 • Segundo Semestre • 2007 Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS, Estudos de Política e Teoria Social

\_\_\_\_\_, Maria de Fátima Cabral; PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho, Política de Habitação Popular e Trabalho Social, RJ, DP&A, 2005

\_\_\_\_\_, Maria de Fátima Cabral Marques, HABITAÇÃO E QUESTÃO SOCIAL - ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO, Scripta Nova REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES, 2005. Em, 22/05/2013

\_\_\_\_\_, Maria de Fátima Cabral Marques, Serviço Social na área da Habitação: da Tutela a Mediação. In anais do XVII Seminário Latino Americano de Escuelas de Trabajo Social, Lima, Peru. 2001

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade do Serviço Social. 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_, Yolanda. A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB, em 2000.

\_\_\_\_\_, Yolanda. O Projeto Profissional Crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 91, ano XXVIII, Cortez Editora, 2007.

HARVEY, David. A Condição Pós Moderna, São Paulo, Ed. Loyola. 1993

\_\_\_\_\_, David, O NEOLIBERALISMO história e implicações. São Paulo, Ed. Loyola, 2001

\_\_\_\_\_, David, O ENIGMA DO CAPITAL e as crises do capitalismo. São Paulo, Ed. BOITEMPO, 2012

HOLTZ, Sheila y MONTEIRO, Tatiana Villela de Andrade. Política de Habitação social e o direito a moradias no Brasil. Diez anos de câmbios em El mundo, en la Revista Geografia y em lãs Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas Del X Colquio Intenacional de Geocritica. Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/158.htm> . Em, 25/05/2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social na contemporaneidade*. In O Serviço Social na Contemporaneidade. 6º ed. São Paulo. Ed Cortez. 2003

\_\_\_\_\_, Marilda Villela, e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 13º ed. São Paulo Ed. Cortez; {Lima, Peru}: CELATS. 2000

\_\_\_\_\_, Marilda Vilela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – ensaios críticos. São Paulo, Cortez 1992

IANNI, Otávio. *O Mundo do Trabalho*. In, Revista São Paulo em Perspectiva. Vol. 8, Nº 1. Jan/Mar. São Paulo EADE. 1994

MAURIEL, Ana Paula, Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira, Revista katálysis vol.13 no.2 Florianópolis 2010  
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802010000200004>

MELO, Marcus André B. C. de, Política de Habitação e Populismo: O Caso da Fundação Casa Popular. Revista de Urbanismo e arquitetura, Volume 3, Nº 1. 1990

MIOTO, R.C.T. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. Serviço social em Revista, Londrina, v. 12, n. 2, p. 163-176, Jan./Jun. 2010.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires, NEODESENVOLVIMENTISMO E PROTEÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO BRASILEIRO

NETTO, José Paulo. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64. SP Cortez.1992

NETTO, José Paulo. *Palestra proferida II Conferencia Nacional de Assistência Social*. In Anais da II Conferencia Nacional de Assistência Social. Ministério da Previdência e Assistência Social. 1998.

PAIVA, Beatriz Augusto. 2000. *Reflexões sobre pesquisa e processos de formulação e gestão*. In Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4. Brasília. UnB.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira; TABOADA, Kleyd Junqueira TRAJETÓRIA DO TRABALHO SOCIAL EM HABITAÇÃO CURSO À DISTÂNCIA TRABALHO SOCIAL EM PROGRAMAS E PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL MÓDULO II - TRABALHO SOCIAL EM HABITAÇÃO AULA 03 –, 2010.

PAZ Rosangela Dias Oliveira , TABOADA, Kleyd Junqueira CONCEITOS BÁSICOS PARA INTERVENÇÕES HABITACIONAIS.CURSO À DISTÂNCIA TRABALHO SOCIAL EM PROGRAMAS E PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL MÓDULO II - TRABALHO SOCIAL EM HABITAÇÃO AULA 04 – 2010.

PAZ, Rosangela D. O. da ; DEGENSZAJN, R. R. ; OLIVEIRA, I. I.M.C. . Trabalho social e habitação popular metodologia de intervenção em programas de locação (arrendamento) social. In: 33º Congresso Mundial de Escolas de Trabalho Social, 2006, Santiago do Chile. Crescimento e Desigualdade - cenários e desafios do trabalho social. Santiago do Chile, 2006. v. 01. p. s/n-s/n.

PAZ, Rosangela D. O. da ; CARVALHO, M. C. B. . INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DA PÓS-OCUPAÇÃO EM PROJETOS DE HABITAÇÃO POPULAR. In: X ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL - ENPESS, 2006, RECIFE- PE. X ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL - ENPESS, 2006.

PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho, Vida Cotidiana em Favelas do Rio de Janeiro: habitação, trabalho e família. Tese de Doutorado. IPPUR/RJ. 2003

PINHEIRO, Haroldo [www.revistaau.com.br/.../o-governo-federal-sera-o-bom-ente-com-o-pac-2007](http://www.revistaau.com.br/.../o-governo-federal-sera-o-bom-ente-com-o-pac-2007), Em 25/05/2013

RAICHELIS, Raquel. 1988. *Legitimidade Popular e Poder Público*. São Paulo: Cortez. 1988.

SILVA, Maria Ozarina da Silva e, Política habitacional – verso e reverso, Cortez Ed. 1989.

SANTOS, Cláudia Mônica. NA PRÁTICA A TEORIA É OUTRA? Mitos e Dilemas na

Relação entre Teoria e Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. RJ. Editora Lumen Juris. 2010.

SOUSA, Charles Toniolo. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional, *Emancipação*, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em <<http://www.uepg.br/emancipacao>. Em, 30/05/2013

VAINER, Carlos., B., [www.revistaau.com.br/.../o-governo-federal-sera-o-bom-cliente-com-o-pac-Edição 160 | JULHO 2007](http://www.revistaau.com.br/.../o-governo-federal-sera-o-bom-cliente-com-o-pac-Edição%20160%20JULHO%202007). Em 25/05/2013

VAINER, Carlos. As Escalas do Poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: Cadernos IPPUR UFRJ/ano XV, n 2 (ago/dez/2001) Ano XII, n 1 Jan/jul) 2002

VIGIL, J. I. L, A Entrevista. Quito, Equador. ALER. Manual de Comunicação nº 1  
s/data

WILHEIM, Jorge. [www.revistaau.com.br/.../o-governo-federal-sera-o-bom-cliente-com-o-pac-Edição 160 JULHO 2007](http://www.revistaau.com.br/.../o-governo-federal-sera-o-bom-cliente-com-o-pac-Edição%20160%20JULHO%202007), Em 25/05/2013